

COMO A SOBERANIA POLÍTICA E ECONÔMICA DA GUINÉ-BISSAU É NEGOCIADA NO CONTEXTO REGIONAL E INTERNACIONAIS?

Moelson Gomes¹
Vasco Sifna Cabi²
Herdímia Vieira Manga³
Rubilson Velho Delcano⁴

RESUMO

Introdução: A relação entre moeda, mediação internacional e disputa eleitoral é um dos temas mais sensíveis da geopolítica africana contemporânea. Este trabalho concentra-se na Guiné-Bissau entre 1997, ano de adesão à União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) e à zona do franco CFA, e novembro de 2025, mês em que o país voltou às urnas em eleições interrompidas por nova intervenção das forças armadas, recorte que abrange quatro episódios centrais: o golpe de 2012, a dupla proclamação de vencedores em 2019-2020, a dissolução do parlamento em 2023 e a ruptura pós-eleitoral de 2025. **Objetivo:** Examinar como a soberania política e econômica da Guiné-Bissau é negociada no contexto de sua inserção em estruturas monetárias e político-institucionais regionais e internacionais, analisando os quatro episódios selecionados à luz das discussões sobre dependência, neocolonialismo e Françafrigue. **Metodologia:** Pesquisa qualitativa, exploratória, de natureza bibliográfica e documental, com análise de conteúdo temática organizada em três categorias - soberania monetária, mediação político-institucional e narrativa internacional sobre a crise guineense -, aplicada a um corpus composto por documentos institucionais, notícias e literatura acadêmica relativos aos episódios de 2012, 2019-2020, 2023 e 2025. **Resultados:** Espera-se confirmar que a adesão ao franco CFA, em 1997, limitou a autonomia da política monetária guineense e condicionou a margem de manobra dos governos eleitos, e que a atuação convergente da CEDEAO (estabilização militar e mediação política), da CPLP (observação eleitoral e pressão diplomática) e da França (vínculo monetário e laços históricos) reforça a percepção de dependência da legitimidade política guineense - padrão que a ruptura pós-eleitoral de 2025 reitera, treze anos após o golpe de 2012. **Conclusão:** A soberania guineense é negociada, limitada e disputada dentro de arranjos monetários e institucionais transnacionais, o que confirma o caráter neocolonial dessas relações e sua recorrência cíclica, indicando um mecanismo estrutural - e não episódios isolados - de negociação da soberania a cada ciclo eleitoral. Apoio Financeiro: Sem apoio. Grande área do CNPq: Ciências Humanas. Os autores agradecem à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) pelo apoio institucional à realização desta pesquisa. O trabalho dialoga diretamente com o tema da Semana Universitária, "Diversidade, Inclusão e Transformação Social", ao evidenciar como as estruturas monetárias e político-institucionais que condicionam a soberania guineense também restringem a capacidade de setores da sociedade civil de participar da definição dos rumos políticos e econômicos do país, contribuindo para uma leitura crítica e inclusiva das relações entre África e as estruturas de poder regionais e internacionais, essencial à transformação social do continente.

Palavras-chave: SOBERANIA; GUINÉ-BISSAU; NEOCOLONIALISMO; MEDIAÇÃO REGIONAL.

UNILAB, PALMARES, Discente, moelsonpereiragomes@gmail.com¹

UNILAB, AURORAS, Discente, sifnavasco@gmail.com²

UNILAB, PALMARES, Discente, hvieiramanga@gmail.com³

UNILAB, PALMARES, Docente, rubilson_prof@unilab.edu.br⁴